



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Licenciamento Ambiental

LICENÇA AMBIENTAL UNIFICADA

63.01.01.98

LAU Nº IN104101

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 48.690 de 14 de setembro de 2023, em especial, do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

GEMINI RECICLA LTDA

CPF/CNPJ: 53.242.356/0001-06

Endereço: RUA MARIA DUQUE ESTRADA LAGINESTRA 900 - PARQUE SÃO CLEMENTE - NOVA FRIBURGO/RJ

Objeto:

Para localização, concepção, instalação e operação de aterro de disposição final de resíduos da construção civil e de resíduos inertes (Classe A) com vistas à recuperação de área degradada.

No seguinte local:

RUA MARIA DUQUE ESTRADA LAGINESTRA, 900 - PARQUE SÃO CLEMENTE - NOVA FRIBURGO/RJ

Prazo de validade:

Este documento é válido até 30 de junho de 2031, respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo nº SEI-070002/023516/2024 e seus anexos.

Condições de validade:

- 1- Este documento foi emitido por decisão do Conselho Diretor - CONDIR, em sua 777ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 06.06.2025, nos termos do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual nº 46.619 de 02/04/2019, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica;
- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, sob pena de perder sua validade;
- 4- Requerer a renovação desta licença dentro dos prazos determinados pela legislação vigente, apresentando ao INEA, na ocasião do requerimento de renovação da licença, a Declaração de Conformidade e relatório com as evidências do cumprimento das condições de validade desta licença, discriminando as ações adotadas, devidamente assinadas pelo representante legal e pelo responsável técnico;
- 5- Cumprir a NOP-INEA-35 - Norma operacional para o sistema online de MANIFESTO DE

TRANSPORTE DE RESÍDUOS - SISTEMA MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79 de 2018, estabelecendo que todo transporte de resíduos sólidos deverá ser declarado no sistema online de manifesto de transporte de resíduo;

6- Cumprir a Resolução nº 307 do CONAMA, de 05.07.02, publicada no D.O.U. de 17.07.02, suas atualizações e demais resoluções sobre o tema, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

7- Cumprir a NBR-11.174 - Armazenamento de Resíduos Classe II (não inertes) e III (inertes), da ABNT;

8- Cumprir a Resolução do CONAMA nº 430, de 13.05.2011, publicada no D.O.U. de 16.05.11, no que tange às condições e padrões de lançamento das águas da bacia de acumulação efluentes, no caso específico, na rede de drenagem pluvial;

9- Dar destinação final aos resíduos gerados somente para empresas licenciadas para tal fim, com o devido acompanhamento de Manifestos de Transporte de Resíduos, observando a ordem de prioridade estabelecida na Lei nº 12.305, de 02.08.2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12.02.1998; e dá outras providências;

10- Cumprir a NBR 15.113/04 - Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação, da ABNT;

11- Cumprir a Lei Estadual nº 4.324, de 12.5.04, obedecendo ao que estabelece a NBR 10.151 - medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas, observando a edição mais atualizada;

12- Cumprir a NBR 11.682 da ABNT, que trata de estabilidades de encostas e taludes;

13- Exigir, via contrato, a vinculação das empresas de transportes terceirizadas ao Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotor do Ciclo Diesel (Resolução CONEMA Nº 58/2013, que aprova a NOP-INEA-14 que revisa as diretrizes do programa de autocontrole de emissão de fumaça preta);

14- Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera e de reduzir o nível de ruídos provenientes da execução das obras;

15- Realizar aterro de disposição final de resíduos da construção civil e de resíduos inertes (classe A) estritamente na cava de rebaixo oriunda da pretérita extração mineral;

16- Manter umedecidas as vias internas, de modo a evitar a emissão de material particulado para a atmosfera, além de adoção de medidas de controle para evitar transbordamento de material particulado nas vias públicas e/ou corpos hídricos, tais como cobertura da carga dos veículos com lona;

17- Apresentar ao INEA, trimestralmente, relatório fotográfico de acompanhamento de cada uma das fases de implantação do objeto da presente Licença;

18- Apresentar anualmente relatório com as evidências do cumprimento das condições de validade desta licença, assinado pelo representante legal;

19- Não realizar lavagem de peças, motores e carrocerias de veículos, utilizados na execução da obra, em áreas desprovidas de sistema de controle, como canaletas e sistema separador de água/óleo;

20- Manter os dispositivos de tratamento de efluentes líquidos sanitários de forma a cumprir os preceitos e limites de lançamento estabelecidos pela: NOP-INEA-45 - Estabelece Critérios e Padrões de Lançamento de Esgoto Sanitário, aprovada pela Resolução CONEMA Nº 90, de 08.02.21, publicada no DOERJ de 25.02.21, tomando como referência para o cálculo de carga a DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA Nº 4.886, de 25.09.07, publicada no DOERJ de 05.10.07 e republicada no DOERJ de 08.11.07;

- 21- Implantar e manter em perfeitas condições o cercamento de todo o perímetro do aterro, de forma a evitar a entrada de animais e o acesso de pessoas estranhas;
- 22- Dotar sistema de drenagem pluvial com dispositivo para sedimentação, de forma a evitar o carreamento e assoreamento de sólidos para os cursos hídricos;
- 23- Não depositar material dentro da calha dos cursos d'água, ou em área que prejudique o escoamento das vazões dos mesmos;
- 24- Implantar o sistema de monitoramento das águas subterrâneas de acordo com a NBR nº 15.495 da ABNT (Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares - Parte 1 e 2), apresentando a descrição do sistema com a indicação das dimensões dos poços de monitoramento, especificações dos materiais utilizados e quantidade de poços e a sua localização;
- 25- Apresentar relatório de campanha de monitoramento da qualidade da água subterrânea, considerando os poços de monitoramento existentes na área, considerando os parâmetros da Resolução CONAMA 420/2009;
- 26- Comunicar imediatamente à Gerência de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones: (21) 2334-7910, 2334-7911 e 98596- 8770 qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
- 27- É proibida a queima ao ar livre, nos termos da Lei Estadual nº 4.191, de 30.09.2003;
- 28- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos), principalmente do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue, chikungunya e zika;
- 29- Manter atualizados, junto ao INEA, os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
- 30- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto e cronograma apresentado;
- 31- O INEA exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário.

Juliana Lucia Avila
ID 5099122



A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o QrCode.

O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.

Rio de Janeiro, 30 junho de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Lucia Avila, Presidente do CONDIR em exercício**, em 30/06/2025, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **103496851** e o código CRC **D34809FF**.

Referência: Processo nº SEI-070002/023516/2024

SEI nº 103496851

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone: